

Professores, alunos e funcionários juntos pela democracia

Docentes, estudantes e funcionários da USP se reuniram dia 9/11 no gramado da reitoria para protestar contra a falta de democracia na universidade e a perseguição política que vem acontecendo a alguns alunos e servidores. O ato, realizado pela Adusp, DCE, APG e Sintusp, contou com a participação dos professores Franklin Leopoldo e Silva, Gabriel Cohn e Leonel Itaussu em uma aula pública que discutiu a democracia na universidade (leia mais na página 2).

Representantes das entidades continuaram o debate iniciado na aula pública, enfatizando a falta de participação da comunidade nas decisões da universidade e a repressão, que tomou forma nas sindicâncias abertas pela reitoria contra estudantes e funcionários. Como bem disse o professor Osvaldo Coggiola, “repressão e ausência de democracia são dois lados da mesma moeda”.

A questão das fundações de direito privado foi posta como um dos principais problemas

da universidade, e a necessidade de tornar público o debate sobre sua regulamentação, foi colocada como essencial. O DCE lembrou que nas discussões organizadas pela entidade “nenhum representante das fundações ou da reitoria se dignou a comparecer”.

Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, comparou a perseguição política a estudantes e funcionários de hoje com a repressão na época da ditadura militar. No entanto, ele acredita que agora há mais autoritarismo. “Na ditadura, a repressão era feita por pessoas de fora e não da reitoria”, lamentou.

Ciro Correia, presidente da Adusp, ressaltou a importância da união entre os segmentos da comunidade universitária na construção de uma USP mais democrática. “O ato de hoje é um passo que conduz à constituição de uma estatuinte, independente do CO, que nos leve a eleições diretas, a conselhos representativos, a acabar com essa estrutura de poder.”



Daniel Garcia

Representantes das entidades debatem democracia e repressão

Reunião técnica é adiada

Em outubro, não houve acordo entre o Cruesp e o Fórum das Seis quanto ao patamar de arrecadação a partir do qual seria definido um reajuste naquele mês. Segundo as avaliações do Fórum, seria possível um reajuste de cerca de 3%, ao passo que pelo Cruesp teríamos um reajuste negativo, se isso fosse legalmente possível. Neste mês, haveria nova reunião técnica de acompanhamento com o Cruesp. Mas o Fórum solicitou seu adiamento para o início de dezembro, quan-

do a arrecadação do ICMS e as execuções orçamentárias das universidades estarão mais consolidadas.

Já na discussão do Orçamento de 2002 da USP no CO, foi rejeitada a proposta de ampliar de 85% para 87% os gastos com salários. Não se aceitou também alterar a reserva de reajuste ali prevista, que dificilmente irá repor nos salários a inflação de maio/01 a maio/02. Esses são alguns dos problemas que nosso movimento terá que afrontar no próximo ano.

Assembléia Legislativa realiza audiência pública sobre as fundações dia 21/11

As fundações de direito privado e sua relação junto às universidades e outros órgãos públicos serão tema da audiência pública “Fundações universitárias”, na Assembléia Legislativa no próximo dia 21/11, quarta-feira, às 14h30. De acordo com o de-

putado César Callegari (PSB) “A audiência tem como objetivo formar um quadro referencial para a Assembléia a respeito do assunto.”

A Comissão de Educação da Assembléia convidou para participarem da audiência presidentes das fundações, os reito-

res de USP, Unesp e Unicamp, a Curadoria das Fundações do Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, representantes da Secretaria de Educação e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia, além de diretores da Adusp, Adunesp, Adunicamp,

DCEs das três universidades públicas do Estado e ainda profissionais da imprensa.

Callegari explica que diversos “dados sobre o assunto já foram levantados pela Comissão de Educação”, que estaria com uma “farta documentação” a respeito.

No dia 9/11, uma aula pela democracia na USP

Nos gramados da reitoria, os professores Franklin Leopoldo, Gabriel Cohn e Leonel Itaussu Mello, da FFLCH, debatem a eleição para reitor, democracia na universidade e a criminalização das manifestações políticas



“A criminalização das manifestações políticas é uma grande contradição”

“O poder não pertence a quem o exerce, mas sim àqueles que devem ser representados pelos dirigentes. Nesse sentido, vejo na Universidade de São Paulo um distanciamento entre o poder e a comunidade, sendo importante ressaltar que o fato de a escolha do reitor acontecer fora da comunidade fere a autonomia universitária em seu núcleo. A forma de escolha de reitor na USP visa a manter uma hierarquia, não a aproximar os dirigentes da comunidade.

Por outro lado, a criminalização das manifestações políticas que hoje ocorre na universidade, também vista nas greves do ano passado e nas mobilizações dos movimentos sociais, é uma grande contradição da autoridade universitária com relação ao seu próprio código de ética, recém-aprovado. Cumpre ressaltar que este documento – aprovado sem discussões anteriores – é muito importante, mas, no que diz respeito à democracia, à pluralidade, à tolerância e à liberdade nele defendidas, elas não estão sendo respeitadas.

É preciso destacar, finalmente, que a defesa dos direitos humanos sem respeito à liberdade de expressão, à pluralidade e à manifestação política é algo por demais abstrato, ou, para ser mais claro, é balela. Devemos ser intransigentemente democráticos.”

Franklin Leopoldo e Silva – professor do departamento de Filosofia da FFLCH

“Devemos ter o compromisso de continuar realizando atividades como essa”

“Esta reunião é um momento muito importante, que deveria ser praxe. Discussões como essa podem ter um papel muito importante na vitalização de nossa vida na universidade, e no reforço de nosso compromisso com a universidade pública. Devemos ter o compromisso de continuar realizando atividades como essa, para aprofundar nosso entendimento sobre a USP, sobre seus problemas, ampliar nossa participação democrática. Assim como as mudanças, as discussões têm de ocorrer permanentemente – até para que evitemos viciá-las –, e não apenas em momentos cruciais.

Devemos também ter claro que a USP possui uma multiplicidade de formas de organização, de idéias, que a torna em várias universidades, como a da pesquisa básica, das fundações, dos museus... Temos então uma USP sem unidade, uma confederação de unidades muito frouxa, muito complexa, sem centro, e que nos leva à necessidade de uma representação mais ampla e democrática. Não só aqui, porém, é preciso muito cuidado com o uso dos termos democracia e cidadania, para que eles não se tornem vazios.

Acredito que tais atitudes são fundamentais para transformar o que é letra – como o novo código de ética – em prática cotidiana. Temos grandes condições de fazer as coisas de forma reflexiva e crítica, de modo a aprofundar as discussões e conseguir uma convivência democrática.”

Gabriel Cohn – professor do departamento de Ciência Política da FFLCH

“Como conquistar os corações e mentes da universidade é uma questão fundamental”

“De certa forma, me imagino aqui numa Pólis Grega, reunidos na Ágora e preocupados com os destinos dessa Pólis. Gostaria de lembrar, ainda, que o fundamento do poder é a legitimidade, que resulta do consenso e consentimento dos governados para com uma minoria que exerce o poder sobre tantos.

A queda do autoritarismo dos militares levou a transformações na USP, mas não às mudanças radicais que gostaríamos. Limitou-se o poder daqueles que governam a universidade, e passamos de uma universidade autoritária para uma universidade liberal. O Estado de direito liberal preocupa-se em limitar o poder dos governantes, mas não em aumentar o poder dos governados. E, na USP, sob o pretexto de se evitar ‘a tirania da maioria’ não se criam aqui sequer mecanismos de democracia representativa, não se possibilita o sufrágio universal.

Como conquistar os corações e mentes da universidade nessa direção é uma pergunta fundamental para que caminhemos em direção a um estado de direito democrático, que permita gerir a universidade democraticamente. Além de tomar cuidado com a ação ‘de vanguarda’, como se tivéssemos um mandato para agir em nome da maioria, devemos realizar um amplo processo de conscientização, que nos leve à realização de uma estatuinte, à construção de uma unidade e para que o próximo reitor seja eleito diretamente.”

Leonel Itaussu Mello – professor do departamento de Ciência Política da FFLCH

Eleição de Melfi desrespeita escolha paritária

No dia 12/11, o governador de São Paulo, Geraldo Alekmin, nomeou o novo reitor da USP: Adolpho José Melfi. O atual vice-reitor da universidade encabeçou a lista tríplice enviada a Alekmin, que também continha os nomes de Erney Plessman de Camargo e Antônio de Aguirra Massola.

O resultado do processo eleitoral não respeitou a vontade da comunidade universitária. Na Escolha Paritária, realizada nos dias 17 e 18/10, o candidato mais votado foi Jair Borin, com 44,1%. Melfi foi o quarto colocado no pleito, com 7,7%

dos votos. Na escolha, foram computados 6.469 votos de docentes, estudantes e funcionários. O colégio eleitoral conta com somente 1.496 eleitores no primeiro turno, e apenas 283 no segundo.

A lista enviada ao governador só foi definida após o terceiro escrutínio, uma vez que nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta dos votos nas rodadas anteriores. O resultado foi: Melfi, 145 votos; Plessman, 107; e Massola, 85. A surpresa foi a pró-reitora de graduação, Ada Pellegrini Grinover, segunda mais votada no pri-

meiro turno, ter sido a quinta colocada, com 48 votos.

Melfi, que foi o mais bem votado também no primeiro turno, assume a reitoria da USP dia 26/11, deixando vago o cargo de vice-reitor. Dentro de no máximo 60 dias após a indicação por Alekmin, deve-se escolher o novo ocupante do cargo de Melfi. O vice-reitor também será escolhido pelo governador entre três nomes indicados pelo CO e pelos conselhos centrais.

em assembléia minutos antes da votação que os 18 representantes discentes nos conselhos centrais e no CO não participariam da eleição. A justificativa para o boicote – que já havia acontecido no primeiro turno – foi a de não legitimar um processo considerado antidemocrático, autoritário e excludente. Os alunos realizaram ainda protestos em frente à reitoria. Vaíram os votantes, pediram “diretas para reitor” e queimaram o regimento de 1972, que proíbe manifestações em dias de eleição na USP.

Boicote dos estudantes

Os estudantes decidiram

CARTA

Quem elege o reitor da USP?

“A crítica ao processo de escolha do reitor feita no artigo ‘Escolha de reitor na USP é processo singular’ (Boletim Adusp 107) baseia-se numa falácia: a de que o objetivo do processo é agradecer a professores, alunos e funcionários da USP.

O povo, que paga impostos, sustenta a USP para ensinar, pesquisar e prestar serviços para o estado. O objetivo da universidade não é agradecer a comunidade uspiana! Uma consulta realmente democrática envolveria todos os eleitores do estado. Isso é impraticável! Não deixa de ser razoável que o governador tenha um papel na escolha do reitor; entre outras atribuições que lhe são conferidas quando eleito democraticamente pela população.

Também não se pode afirmar que a escolha paritária para reitor seja um processo que agrada a maioria dos envolvidos, uma vez que de 80 mil pessoas, votaram apenas 6.469, menos de 10%. Não há como aferir se que não votaram ficaram satisfeitos.

Para terminar, uma opinião pessoal: entre as muitas mazelas da nossa universidade, deficiências no processo de escolha do reitor estão bem no final da lista.

Trecho de e-mail enviado à Adusp por Felipe Pait, da Escola Politécnica

Resposta da Adusp

Um processo eleitoral deve expandir ao máximo o corpo de eleitores, sem torná-lo impraticável ou incluir pessoas que não tenham legitimidade. Exemplos: filiados a partidos políticos não votam em eleições de outro partido; eleitores de um estado não votam em outro estado. No caso da escolha de dirigentes das universidades os corpos eleitorais poderiam ser muito ampliados sem inviabilizar o processo.

Os interesses da sociedade devem ser defendidos no processo orçamentário, controlado pelo governo estadual e pela Assembléia Legislativa. Poder-se-ia instalar o conselho social previsto na constituição e criar a lei orgânica do ensino superior. A sociedade não pode servir como argumento para restringir o poder a um pequeníssimo grupo e concentrá-lo no governador.

Quanto às mazelas da universidade, o processo de escolha do reitor estaria no final da lista se não fosse ele mesmo a causa de muitas delas. Acreditamos – e esperamos – que um processo mais amplo e democrático de escolha de dirigentes poderia colocar em pauta muitos dos problemas hoje engavetados e resolvê-los de forma a responder aos anseios de toda a sociedade.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 29 e 30 de novembro de 2001, das 9h às 21h*. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição dos candidatos se encerra no dia 27 de novembro de 2001, às 19h.

São Paulo, 14 de novembro de 2001
Prof. Ciro Teixeira Correia
Presidente da Adusp-S.Sind.

Unidades que deverão eleger representantes titulares e suplentes (mandato: dezembro de 2001 a maio de 2003):

Centro de Energia Nuclear; Faculdade de Direito; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Saúde Pública; Hospital Universitário; Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos; Instituto de Estudos Avançados; Instituto de Estudos Brasileiros; Instituto de Energia e Eletrotécnica; Instituto de Física de São Carlos; Instituto de Psicologia; Instituto de Química de São Carlos; Museu de Arte Contemporânea; Museu Paulista; Museu de Zoologia.

Unidades que deverão eleger apenas representantes suplentes (mandato: até o término do mandato em curso do representante titular):

Escola de Enfermagem; Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Faculdade de Economia e Administração; Faculdade de Medicina; Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Faculdade de Medicina Veterinária; Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto; Instituto de Biociências; Instituto de Geociências; Instituto Oceanográfico.

* O horário poderá variar de unidade a unidade.

Congregação cancela processo seletivo no IF

Os últimos processos seletivos que ocorreram no Instituto de Física não seguiram as normas de concurso público. Os processos seletivos colocam o docente sob contrato precário. Isso é irregular e viabiliza mecanismos perversos de controle destes docentes.

De qualquer modo, mesmo não havendo regulamentação, a Consultoria Jurídica da USP recomenda que os processos seletivos sigam as mesmas normas dos concursos.

Mas o caso em pauta trazia uma série de novidades. Foram definidas duas fases de seleção, com duas bancas distintas. Na primeira fase analisava-se o memorial e uma carta de recomendação apresentada pelos candidatos. Neste momento a banca era composta pelos chefes de departamento e o vice-diretor. Apenas os candidatos aprovados seguiram para a segunda etapa, onde a banca era composta por especialistas da área de concentração do processo seletivo.

Assim, a análise e argüição do memorial acabaram ocorrendo separadamente, sendo que a primeira fase eliminatória não era pública. Carta de recomendação, também, não é documento de concurso público. Com base nesses e em outros argumentos um candidato reprovado na primeira fase entrou com recurso ao CTA, pedindo a anulação do processo realizado.

Recusa

O recurso foi recusado, e o candidato dirigiu-se então à Congregação. Ele apontou aditivamente que o CTA teria conflito na análise do caso, pois os chefes de departamento e vice-diretor, que compõem a maioria deste conselho, eram a banca da primeira fase do processo.

A convocação da congregação para análise do caso foi sendo protelada de modo a permitir que esse processo seletivo fosse primeiramente homologado pelo CTA. Cinquenta por cento dos membros do colegiado fez solicitação escrita de

convocação de uma reunião específica, com base estatutária (bastava 1/3 dos membros). No pedido estava explícito que a reunião deveria “ser realizada antes da homologação, por parte do CTA, dos processos seletivos”.

O diretor, Prof. Silvio Salinas, no entanto, marcou a reunião deste conselho exatamente para a manhã do dia em que seria realizada a congregação.

Apesar de vários protestos de docentes, funcionários e estudantes, o CTA chegou a ser iniciado. Os alunos ocuparam a sala e a reunião acabou sendo interrompida.

A congregação reuniu-se na tarde do mesmo dia e aprovou, por 33 votos a 20, o recurso que pedia o cancelamento do processo seletivo. A discussão foi ampla e rica. Ficou claro que a maioria do colegiado defende que nos processos seletivos deve-se seguir as mesmas regras de um concurso público. Várias manifestações mostraram-se favorá-

veis a concursos de fato.

Havia ainda processos seletivos para outras três vagas para precários em outros departamentos da Física. Eles foram homologados pelo CTA. Contudo um deles também passou a ser alvo de recurso de outro candidato. Ele questiona o fato de que um dos membros da banca propôs que nenhum dos concorrentes acompanhasse a argüição do memorial e apresentação dos projetos dos outros postulantes – momento eminentemente público do processo.

A Adusp e as organizações dos docentes a nível nacional, através da Andes/SN, sempre defenderam com firmeza que as contratações no serviço público se dêem por concursos públicos. Eles possibilitam lisura e transparência no processo, bem como seleção dos melhores qualificados. Neste caso os contratados adquirem todos seus direitos e a instituição escapa de litígios jurídicos por desrespeito à lei.

Adusp Regional Piracicaba inaugura sede

Os docentes do Campus Luiz de Queiroz, USP-Piracicaba, já podem contar para as suas atividades com a nova sede da Adusp, recém-inaugurada na cidade. A entidade, ao colocar-se mais próxima dos docentes do campus de Piracicaba, cria condições para o maior envolvimento de todos em defesa de objetivos comuns.

A secretaria da Adusp regional, localizada à Av. Carlos Botelho, 1051, estará aberta diariamente das 13h20 às 17h30. As reuniões do Conselho local, presididas pelo Diretor Regional, estão previstas para as segundas-feiras a partir das 17h.

A defesa do ensino, pesquisa e extensão, a democratização da universidade e da sociedade, assim como a transparência orçamentária e administrativa fazem parte da linha de atuação da Adusp.

Enquanto entidade que procura representar de modo plural aos docentes da universidade, a Adusp considera fundamental a participação de todos os professores para:

- organizar o debate amplo de idéias e propostas para construir uma universidade que seja de fato pública e democrática
- intervir organizadamente nas questões da sociedade
- defender a melhoria de nossas condições de vida e trabalho

Fórum das Seis discute greve das federais

Para perplexidade até dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Fernando Henrique Cardoso fez publicar decreto, atribuindo ao presidente o poder de liberar recursos para o pagamento dos servidores federais. Para o presidente do STJ esse “é um ato de força” que “fere todos os compêndios éticos”.

Com o mesmo propósito, via medida provisória, o governo autoriza a contratação de servidores temporários e a instauração de processos coletivos para demitir grevistas.

Essas medidas, com objetivo de evitar as vitórias que os servidores têm obtido contra o executivo na justiça, como a decisão que assegurou o pagamento de setembro e outubro para os docentes federais em greve, constituem afronta à democracia e ao ordenamento institucional da república.

Dada a gravidade da situação e a postura radical do MEC de romper unilateralmente os entedimentos com o ANDES, que apontavam na direção de uma solução para a crise, o Fórum das Seis decidiu discutir em sua próxima reunião medidas de apoio à greve das federais e em repúdio aos atos do governo.

A reunião ocorrerá dia 20/11, às 15h, na sede da Adusp e tratará também das ações do Fórum quanto à campanha salarial de 2002, e da situação na Assembléia Legislativa, relativa ao trâmite de emenda à constituição do Estado de São Paulo que ameaça modificar os artigos 255 e 258, com objetivo de permitir que os 30% dos recursos para educação não sejam destinados exclusivamente para o ensino público, como atualmente em vigor.